



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

As diversas concepções do método no Serviço Social e a contribuição do pensamento marxiano

Fátima da Silva Grave Ortiz¹

Resumo

Esta comunicação consiste em parte dos resultados de pesquisa bibliográfica e pretende apresentar como o método foi historicamente apropriado pelos assistentes sociais brasileiros até a incorporação das categorias do pensamento marxiano. O texto pretende desvelar as categorias do método, e a partir daí, discutir preliminarmente o caráter ontológico sobre o qual repousa o pensamento marxiano, que possui no trabalho sua categoria fundante, pois é exatamente este aspecto que diferencia Marx de todos os outros pensadores clássicos.

Palavras-chave: método; Método BH; ontologia.

Abstract

This text is part of the results of research and want to present as the method has historically been appropriated by the Brazilian social workers to the incorporation of the categories of Marxian thought. The text aims to reveal the categories of the method, and from there, discuss preliminarily the ontological character upon whom the Marxist thought, which goes in the work its basic category, since it is precisely this aspect that distinguishes Marx from all other classical thinkers.

Keywords: method; BH method; ontology.

Introdução

A presente comunicação pretende contribuir com o fortalecimento das discussões dos pesquisadores da Área do Serviço Social acerca do método marxiano: suas categorias e processualidade, bem como apresentar como o método foi historicamente apropriado pelos assistentes sociais brasileiros.

Neste sentido, parte-se do entendimento que o diálogo do Serviço Social com o pensamento marxiano é bastante recente e remonta aproximadamente as últimas duas décadas do século XX. Antes disso – ainda nos anos 60 e partidário de todos os aspectos

¹ Escola de Serviço Social/UFRJ.

conjunturais que neste período despontavam, esta interlocução fora bastante problemática em função das polêmicas interpretações que o marxismo recebeu nestas latitudes.

No entanto, ainda que “enviesada”, no dizer de Netto (1991a; 1991b), a aproximação da profissão com a tradição marxista proporcionou largo avanço qualitativo e amadurecimento ao Serviço Social brasileiro, possibilitando-lhe mais tarde, a partir da compreensão de seu significado social na ordem burguesa, o conhecimento de sua funcionalidade e de sua natureza interventiva.

Os méritos, portanto, desta “aproximação enviesada” residem no esforço, que posteriormente o Serviço Social engendrou, na busca das fontes originais. Esta apreensão desvelou àqueles pesquisadores preocupados em “ir aos fundamentos”, caminhos frutíferos e descobertas importantes, das quais sinalizamos o método marxiano.

Para tanto, nossa intenção é, partindo de pesquisa e análise bibliográficas, apreender a postura metodológica de Marx a partir de seu método, e, principalmente, as categorias que o conformam. Desta forma, é de fundamental importância resgatar a concepção de método que o Serviço Social empreendeu, ao longo de sua trajetória, tentando a partir disso indicar as dificuldades historicamente vivenciadas pela profissão, contrapondo-as ao salto intelectual que lhe permitiu apreender o método tal como concebido pelo próprio Marx. Feito isso, e com o principal objetivo de desvelar as categorias do método, este ensaio pretende buscar a discussão preliminar do caráter ontológico sobre o qual repousa o pensamento marxiano e com isso a existência do trabalho como categoria fundante desta ontologia, pois é exatamente este aspecto que diferencia Marx de todos os outros pensadores clássicos.

Sem a indicação de tais bases, pensar o método marxiano de pesquisa e análise do real soa absolutamente como algo desvinculado da realidade material dos homens, e, principalmente, de sua possibilidade de mudança.

1 Dois momentos para a relação entre Serviço Social e método: Teresópolis e Belo Horizonte

É praticamente unânime entre grande parte dos autores brasileiros pós-reconceituação o entendimento que o Serviço Social é uma profissão que se situa na divisão social e técnica do trabalho, a partir da sua inscrição em um projeto reformista-conservador, que tinha como balizas teóricas e ideo-culturais a Doutrina Social da Igreja, o pensamento conservador laico europeu e o estrutural-funcionalismo norte-americano. Esse “arranjo

teórico-político-doutrinário” (GUERRA, 2001) sob o qual se assentou o Serviço Social, perpassou suas esferas teórica, técnica e valorativa, conformando entre os profissionais uma determinada visão de homem e mundo, que por sua vez engendrava a maneira como estes deveriam intervir em face de um “caso social” específico.

Desta forma, a apreensão do método para o Serviço Social não poderia ser outra, que não o identificasse como um “conjunto de regras sobre ‘como fazer’ e/ou pautas para a intervenção” (GUERRA, 2001, p. 271). O método estava diretamente associado ao pragmatismo evidenciado pela intervenção imediata sobre os “casos sociais”. Não há, neste sentido, quaisquer prerrogativas quanto a utilização do método para o desvelamento da realidade; ao contrário, o método, subsumido a forma de intervenção, deveria somente ratificar a realidade, visto ser esta harmônica e naturalmente equilibrada.

Mesmo na chamada Renovação do Serviço Social (NETTO,1991a), a identificação do método com a intervenção pragmática e imediatista permanece, e de certa forma, cristaliza-se, face às novas exigências e demandas postas aos profissionais, decorrentes da inscrição do Brasil no circuito monopolista internacional, marcado pelo “exaurimento de um certo padrão de desenvolvimento capitalista.” (NETTO, 1991b). Assim, o chamado “Serviço Social tradicional”, que passa a ser questionado formalmente no Brasil por volta dos anos 60, concede lugar a um amplo processo que combina simultaneamente avanços e continuidades, pois, se de um lado, a Renovação do Serviço Social, ainda que nas tendências de corte mais conservador, buscou, dentre outros aspectos, a validação e legitimação teórica, inaugurando a possibilidade de interlocução com as ciências sociais; por outro, percebe-se a manutenção da mesma perspectiva de homem e mundo tradicionalmente existente no âmbito profissional. Para Netto (1991b, p. 168), “[...] não há rompimento: há a captura do ‘tradicional’ sobre novas bases”.

No entanto, se em Araxá (1967), nos é possível perceber a franca associação do Serviço social a uma determinada direção sócio-política, organicamente vinculada aos interesses e exigências da burguesia, expresso sob o signo da autocracia, Teresópolis (1970) avança na constituição do “modus operandi” necessário a esta opção ideo-política. Assim, tomando como tema central – a metodologia do Serviço Social, o Seminário de Teresópolis consistiu em um dos grandes marcos para a apreensão do significado do método para o Serviço Social e teve em Jose Lucena Dantas aquele que mais representava a tendência hegemônica na época.

A partir da recuperação do dizer de Dantas, Netto (1991b, p. 183) afirma que “para ele, o método não passa de um jogo de ordenações formais, envolvendo a matéria a ser ordenada e [...] os critérios utilizados para imprimir ordenação a essa matéria”.

A preocupação do Seminário de Teresópolis quanto à construção e afirmação de uma determinada “metodologia” para o Serviço Social, levada a cabo pelas contribuições de Lucena Dantas, não supera os ganhos ideo-políticos e culturais de Araxá; ao contrário, fortalece-os à medida que clarifica, a partir da perspectiva neopositivista, a forma de intervenção do assistente social, como profissional atrelado à programática desenvolvimentista nacional. Para Netto (1991b, p. 190), em Teresópolis,

[...]o que está no centro das formulações, aqui, não são teorias, valores, fins e legitimidade (antes, esses componentes são dados como tácitos), mas sim a determinação de formas instrumentais capazes de garantir uma eficácia da ação profissional apta a ser reconhecida como tal pelos complexos institucional-organizacionais.

Assim, verifica-se que, embora a tendência de rompimento com o histórico conservadorismo já fosse presente no Serviço Social desde o final dos anos 50, nem Araxá, nem tão pouco Teresópolis e os demais seminários ocorridos posteriormente – Sumaré e Alto da Boa Vista, empreenderam efetivamente uma ruptura conservadora, da qual o Serviço Social é legatário.

Na verdade, somente com o declínio do ciclo autocrático burguês foi possível a alguns setores profissionais (sobretudo aqueles que estavam na docência) enveredarem investigações que de fato possuíam vinculação com um projeto de ruptura com o “Serviço Social tradicional”. Referimo-nos aqui a experiência vivenciada pelos docentes da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte durante o período de 1972 a 1975, comumente conhecido por “Método BH”.

Inicialmente podemos afirmar que o “Método BH” consistiu efetivamente no primeiro projeto para a profissão que pretendia romper com o “Serviço Social tradicional”, do ponto de vista teórico-metodológico, formativo e interventivo. Além das imponderáveis críticas que se estabelece a este, a experiência de Belo Horizonte indicava já naquela ocasião, os parâmetros para a construção de um determinado perfil profissional, cuja competência deveria estar assentada em pelo menos três dimensões: política, teórica e interventiva. Sem dúvida alguma, foi a única proposta que, diante das demais tendências em presença – modernizadora, por um lado; e fenomenológica, por outro; avançou de encontro às prerrogativas até então existentes que enformavam tradicionalmente a profissão.

Desta forma, o “Método BH” configura-se enquanto mais um dos importantes marcos para se entender a trajetória do Serviço Social no Brasil, sobretudo pela sua inédita e formal aproximação com a tradição marxista. Contudo, embora possua inegável mérito, o “Método BH” exhibe também uma série de imprecisões, decorrentes da apreensão de um determinado tipo de marxismo – o conhecido “marxismo vulgar” ou “marxismo sem Marx”.

Assim, dentre os principais problemas verificados no “Método BH”, inspirado nas formulações maoístas e althusserianas, Netto (1991b) observa a errônea concepção de prática como “produtora de conhecimentos”, e de teoria, ora identificada como “conhecimento científico do mundo”, ora como similar a sistematização. No entanto, é a própria Leila Lima Santos, partícipe da equipe que criou o “Método BH”, que posteriormente, a partir de uma autocrítica, reconheceu que,

[...] implementar o processo de conhecimento a partir da percepção sensorial, para em seguida passar para o nível conceitual, e finalmente chegar ao manuseio abstrato do real, é atribuir a primazia da prática da investigação à experiência, aos dados, à correlação, ao registro, à ficha. Portanto, ao empirismo (SANTOS, 1993, p. 139).

Na sequência, sem ter clareza do que seja prática e teoria, tomadas como peças de uma engrenagem, e não como elementos diversos de uma mesma unidade, é de se esperar que o entendimento acerca do método, presente na experiência de Belo Horizonte, possua também uma série de deformações em si. Uma delas, decorrente do já apontado no parágrafo anterior, refere-se ao seu equivocado entendimento do sentido de prática, que por sua vez gera outros problemas, os quais devemos citar, ainda que brevemente.

Para os criadores do “Método BH”, além do pesquisador “esvaziar-se” de qualquer ideia preconcebida, priorizando seus sentidos, deveria ele obedecer as inúmeras etapas, as quais tinha anteriormente idealizado para a condução da pesquisa. Ou seja, além de confundir método de investigação com método de exposição, “[...] querer forçar a realidade segundo o esquema de um modelo, pretender que o modelo seja o reflexo e o resultado da ação dos grupos [...]. Todas elas são expressões de um mesmo problema: o formalismo” (SANTOS, 1993, p. 141)

Assim, o desconhecimento efetivo das categorias constituintes do método marxiano, gerou em “BH”,

[...] uma clara separação – que chega ao nível da excludência – entre as dimensões lógicas e históricas do método, verificando-se uma ‘suspensão’ da dialética do conhecimento, desconectando-a da história. A categoria trabalho,

ontologicamente determinante na obra de Marx, está inteiramente ausente e é desconhecida nas análises da prática social e da relação teoria e prática [...]. Assim, as categorias deixam de ‘expressar formas de ser, determinações de existência’, desligando-se do movimento da sociedade que deveriam expressar, passando a ser criações aleatórias do pensamento. Esse deslocamento das dimensões lógicas e históricas fere no ‘coração’ o método marxiano. (IAMAMOTO, 1999, p. 212)

No entanto, a despeito dos inúmeros enganos percebidos no tocante ao entendimento do método, nos é claro perceber que em ambos – Teresópolis e Belo Horizonte – embora por caminhos e intenções completamente antagônicas, pairava sobre o Serviço Social a forte influência do neopositivismo, gerando sobretudo no “Método BH”, “uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita”, conforme alertava Lukács (apud Iamamoto, 1999, p. 213). Tal influência impedia a apreensão do método tal como concebido pelo próprio Marx – “um método de duas vias”, como mais a frente pretendemos apresentar.

Somente a partir do amadurecimento intelectual e político experimentado pela profissão nos anos 80 (e aqui certamente pesa a conjuntura favorável, expressa na transição democrática brasileira e o crescimento dos programas de pós-graduação), foi possível ao Serviço Social dialogar com as fontes originais e permitir, por conseguinte, o esforço em apreender o método, como a seguir.

2 O Método em Marx

2.1 A Ontologia do Ser Social e o Método

No conjunto das contribuições teóricas deixadas por Marx para o entendimento e superação da ordem burguesa encontra-se seu método de pesquisa. Subjacente a todos os escritos marxianos, o método do “abstrato ao concreto” expressa não somente a opção metodológica de Marx para o encaminhamento de sua pesquisa, mas, sobretudo, sua postura materialista frente à realidade. O método é exatamente isso: o instrumento capaz de desvendar e entender o mundo real e de buscar alternativas a ele, sem perder de vista o princípio ontológico do ser social. Ou como diria Lukács (1974, p.60), “a dialética materialista é uma dialética revolucionária”, pois o método de Marx já é em si revolucionário à medida que revoluciona a própria forma de se apreender o mundo. É nisso que deve residir sua ortodoxia (LUKÁCS, 1974).

Marx não dedicou um texto específico para tratar o método, embora este seja visível em toda a sua obra. No entanto, é na Contribuição à Crítica da Economia Política que podemos ver a disposição das questões centrais que envolvem mais especificamente o método, dentre elas o fato de que Marx separa ser e consciência, tendo em vista que a objetividade do ser para Marx independe do pensamento e possui, diante deste, prioridade ontológica.

Observamos, portanto, o que significa objetividade dentro desta perspectiva. Ela é completamente diferente do entendimento de objetividade que se tem na teoria tradicional de cunho positivista (HORKHEIMER, 1975). Enquanto nesta, a objetividade é constatada pelo sujeito/pesquisador, que a apreende como algo externo e a ele constringedor; em Marx refere-se à sua essência. Cada objeto, portanto, possui a sua objetividade que lhe é própria, isto é, possui uma determinada lógica que o constitui enquanto tal. Conforme Marx,

Um ser, que não tenha um objeto fora de si, não é nenhum ser objetivo. Um ser, que não seja ele próprio objeto para um terceiro ser, não tem existência para o respectivo objeto, quer dizer, não possui relação objetiva, o seu ser não é objetivo. Um ser não-objetivo é um não-ser (MARX, 1993, p.250).

Ressalta-se, ainda, que Marx entende a condição de objetividade do ser a partir do momento em que ele se relaciona com os outros. Sem essa condição, ele não é efetivamente um “ser objetivo”.

Desta forma, a prioridade da objetividade do ser frente ao conhecimento reafirma os princípios ontológicos do pensamento marxiano, sem que, com isso haja em Marx uma forma de hierarquização sistemática das categorias. Trata-se, na verdade, da predominância ontológica que algumas categorias possuem frente as demais. Lukács (1979, p.40) aponta que, por exemplo, “a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível.” No caso, a natureza é prioritária à existência do homem; uma eventual inversão seria, para o materialismo de Marx, ontologicamente impossível – é neste sentido que Marx entende a subordinação entre categorias.

No entanto (e isso é importante destacar), o fato de o âmbito de a produção ser o momento predominante não faz do pensamento de Marx economicista, como acreditam seus opositores e os materialistas vulgares. Para Marx, embora não seja a consciência que cria o mundo dos homens, mas pelo contrário; a vida dos homens em suas múltiplas relações que a constitui, é claro aqui que não se trata de determinismo econômico, pois

“[...] o mundo das formas de consciência e seus conteúdos não é visto como um produto direto da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social.” (LUKÁCS, 1979, p.41)

Assim, “o ponto de partida [...] deve ser uma categoria objetivamente central no plano ontológico.” (LUKÁCS, 1979, p.46). Marx assim o fez em *O Capital*, quando atribuiu à categoria valor trabalho o ‘elemento primário’. Sua análise vai ao sentido de que, como já afirmado, o conhecimento do resultado permite-nos conhecer a gênese. De outra maneira, as categorias valor, e mais tarde o dinheiro, embora possam parecer como frutos da lógica encadeada por Marx, são na verdade sínteses que existem na própria realidade a partir das inúmeras relações presentes entre os homens. Ou seja, Marx não as criou efetivamente, elas já estavam lá, embora pareçam aos homens, e o dinheiro é um exemplo emblemático, como algo que os transcende, bem como suas vontades.

Ademais, em toda sua obra (até nos escritos mais dedicados ao funcionamento econômico como a relação entre produção, consumo, distribuição e troca, por exemplo) Marx mantém seu pensamento sempre balizado pelo que Lukács (1979) chama de “senso de realidade”. Para nós pesquisadores, tal perspectiva é sobremaneira importante:

[...] o ponto essencial do novo método: o tipo e o sentido das abstrações, dos experimentos ideais, são determinados não a partir de pontos de vista gnosiológicos ou metodológicos (e menos ainda lógicos), mas a partir da própria coisa, ou seja: da essência ontológica da matéria tratada.” (LUKÁCS, 1979, p. 57).

É esse intrínseco envolvimento com a realidade (reproduzida pela via do pensamento e transformada do seu estado “caótico” em concreto pensado), que põe para Marx a relação da teoria com a práxis, entendendo aqui a primeira como a expressão do movimento do real atribuído pelo pensamento do homem e a práxis como a ação refletida e transformadora deste real. Contudo, o fato de ser uma “ação pensada” (que por mais imediata que possa parecer, possui um comportamento teleológico), “isso não quer dizer, porém, que seja sempre possível saber quais serão as consequências sociais de cada ação singular.” (LUKÁCS, 1979, p.52). Além disso, os homens, que vivem num mundo povoado por questões que lhes são anteriores (engendradas e descobertas em outras épocas, por exemplo), precisam a cada dia buscar sua sobrevivência, que na ordem do capital é extremamente difícil. Esta luta diária, que muitas vezes forja uma relação utilitária do pesquisador com o conhecimento, dificulta ainda mais o desenvolvimento pleno da práxis, gerando ações isoladas, aparentemente autônomas, nas quais a teoria parece não incidir. No Serviço Social tal prerrogativa tem sido, infelizmente, comum.

A tentativa de se tomar de maneira ortodoxa o método, expressa, em nossa opinião, a única maneira de desvendar e superar o fetichismo presente na apreensão falaciosa dos homens acerca do real e nas relações entre eles sob a égide burguesa. Para tanto, trata-se de uma tarefa urgente que tentaremos empreender a seguir.

2.2 O Método Marxiano e suas categorias fundamentais

A estrutura do pensamento marxiano assenta-se a partir da interlocução com importantes expoentes da cultura do ocidente, dentre os quais, o socialismo utópico francês, a economia política inglesa e a filosofia clássica alemã. No caso desta última, conforme já aludido antes, referimo-nos ao diálogo de Marx com os princípios hegelianos e a principal contribuição que deles recebe – a dialética.

Desta forma, o método marxiano, antes de expressar princípios absolutamente metodológicos, pressupõe a fiel incorporação das chamadas categorias da dialética na análise e interpretação da realidade. Isto significa que, em primeiro lugar, para se analisar e entender dialeticamente a realidade é necessário se ter em mente que a possibilidade da mudança é perfeitamente factível, porém “[...] as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo.” (KONDER, 1985,p.58). Além disso, a postura dialética nos alerta que a justa compreensão de um determinado fenômeno exige a busca das mediações, que o compõem, entrelaçam seus diversos aspectos e explicam a relação dele (fenômeno) com a totalidade, na qual se insere. Sem essa busca, a investigação reduzir-se-á ao isolamento do fato em si mesmo, obscurecendo sua essência e sua inexorável relação com o todo. Trata-se da chamada “luta ou interpenetração dos contrários”, na qual a captura das mediações desnudará as contradições em presença e com isso desvelará o fenômeno tal como ele realmente é.

Além disso, o método se autoexplica a partir da postura ontológica fundamental de Marx, na qual o real/concreto consiste na base prioritária de onde se deve partir a análise. Possui, acima de tudo, uma função social (LESSA,2000) à medida que permite-nos desvendar o desconhecido, incorporando àquilo que já conhecemos. No entanto, a utilização do método como instrumento de desvelamento do real, põe ao pesquisador, conforme Lessa (2000) duas questões a serem enfrentadas: a primeira diz respeito ao fato de que ao apreendermos determinado objeto, novos questionamentos são por ele postos; ou no dizer de Lessa (2000, p.202), “[...] ao ampliar o campo do conhecido, terminamos

por produzir uma nova fronteira com o desconhecido.” (tradução nossa). Tal perspectiva nos põe imediatamente o seguinte entendimento – um objeto nunca é integralmente e/ou para sempre conhecido; entretanto, podemos, à medida que nos aproximamos sucessivamente dele, construir novas hipóteses acerca de seu desenvolvimento, gerando novas pesquisas e expandido cada vez mais seu conhecimento como um todo. Entender, portanto, a produção do conhecimento em si como algo processual (e desta forma, não há verdades absolutas e imutáveis, mas históricas e socialmente condicionadas) é o primeiro aspecto que deve o pesquisador considerar.

A segunda questão, que possui intrínseca relação com a primeira, é o fato de que ao se aproximar de um objeto desconhecido, o pesquisador não pode ter certeza exata de quais procedimentos metodológicos serão mais adequados durante a pesquisa, embora deva prevê-los e testá-los ao longo do processo. Ou seja, como não conhecemos determinado objeto, e considerando que é somente ele que pode nos revelar as mediações necessárias ao seu desvendamento, é importante que o pesquisador saiba que no decorrer da investigação, a eventual mudança nos procedimentos metodológicos pode ocorrer, sem que com isso haja prejuízo ao andamento da pesquisa, muito pelo contrário, quanto mais conhecemos determinado objeto, com mais segurança, podemos atribuir a forma de conhecê-lo.

Assim, partindo do pressuposto de que é o próprio objeto que imputa, na sua relação com a totalidade, a forma de conhecê-lo, e esta é também condicionada historicamente, podemos entender o método marxiano de pesquisa, a saber – o “método das duas vias”. Mais do que um método a ser “aplicado”, o método marxiano consiste em uma determinada postura diante do objeto pesquisado, na qual este (objeto) não se assemelha a nenhum outro já conhecido. É exatamente este dado (ou seja, de que não se parece com nada já identificado) que faz do objeto em questão um objeto de pesquisa, e não suas características imanentes (até porque também ainda não são efetivamente conhecidas pelo pesquisador). Tal prerrogativa exige, portanto, que o pesquisador parta sempre daquilo que se põe imediatamente pela realidade (e neste sentido, a aparência é algo que não pode ser descartado), e que em função dessa condição, expressa, conforme Marx, uma “representação caótica do todo” e não o resultado final da pesquisa.

Partindo-se do imediatamente dado, cabe ao pesquisador buscar quais relações possui o objeto, ainda velado, com aquilo que já se conhece; quais características em comum podem aproximá-lo comparativamente daquele. A analogia consiste, desta forma,

em um meio inicial e importante para o “caminho de ida” no descobrimento do objeto, pois a partir dela, podemos entender qual é a relação deste objeto com a realidade.

No entanto, Lessa (2000) nos alerta que com o procedimento acima, ainda não é possível ao investigador maiores resultados – o objeto em si ainda apresenta-se, no dizer de Malta (1996), “indizível”; mas somente alcançar aquilo que, conforme Lessa (2000), Marx chamou de “elementos simples”, ou seja, o objeto ainda permanece carente de maiores determinações, submerso, todavia, na sua singularidade. Conforme Lessa (2000, p.214),

Esta etapa do conhecimento investigativo é superada no momento em que, por meio da articulação dos elementos simples já alcançados, há um salto qualitativo que possibilita que passemos a trabalhar diretamente com a representação do objeto enquanto totalidade. Neste momento, os elementos simples são integrados em um todo articulado e teremos agora uma representação muito mais rica de porção da realidade investigada. [...] Este salto de qualidade é o momento em que se inicia o ‘caminho de volta’[...] (tradução nossa)

Assim, se no caminho de ida cabe ao pesquisador decompor o objeto em seus elementos simples e por meio de “abstrações isoladoras”, descobrir quais relações existem entre eles e com a totalidade; na volta, tendo-se eliminado do objeto o véu lhe imposto pelo caos, este aparece na sua concreticidade. Desta forma, o objeto, antes uma faceta do “concreto caótico” – ou o ponto de partida original, transforma-se a partir do processo de abstração (realizado pelo intelecto) em uma expressão do chamado “concreto pensado” – o resultado da pesquisa.

Com efeito, o “método das duas vias” – ida e volta, indicado por Marx configura-se na maneira que o intelecto encontrou para desvendar, no plano da subjetividade, as exigências históricas e ontológicas postas pela própria realidade, seja na dimensão da singularidade, da universalidade e da particularidade. Contudo, se tais categorias expressam, na verdade, níveis da própria objetividade, cabe-nos discuti-las com maior propriedade; isto é, qual a relação entre elas e o método marxiano. Lessa (2000, p.211) nos aponta: “[...] não há universalidade que não seja a síntese de singulares; não há singularidade que não seja partícipe de um universal, e na enorme maioria das vezes, entre os dois polos se desprendem mediações reais que constituem a esfera da particularidade.” (tradução nossa).

As categorias singular, universal e particular são dimensões presentes na realidade e apreendidas pelo intelecto a partir do método. Consistem, portanto, não do ponto de onde o investigador está ou pesquisa a realidade, nem tampouco se afirmam

estática e hierarquicamente posicionadas uma diante das outras; mas, possuem mobilidade que lhes confere maior ou menor espaço e importância, conforme o movimento da história - são, todavia, “moventes” e “movidas” por ela. Esta mobilidade é enfatizada por Lukács (1978a, p.92) quando afirma que,

De uma similar análise concreta, surge sempre e por toda parte a relativização dialética do universal e do particular; em determinadas situações concretas eles se convertem um no outro, em determinadas situações concretas, o universal se especifica, em uma determinada relação ele se torna particular, mas pode também ocorrer que o universal se dilate e anule a particularidade, ou que um anterior particular se desenvolva até a universalidade ou vice-versa.

Desta forma, no processo de pesquisa, nosso objeto depara-se sempre com esses três níveis da realidade – singular/universal/particular. Geralmente, porém não absolutamente, partimos da singularidade de determinado objeto. Esta de maneira alguma é sinônima de simplicidade (seria um engano achar que os aspectos singulares são menos complexos ou imediatos), mas por não se explicarem por si, necessitam da conexão com a universalidade – nível no qual se encontram as legalidades que conferem lógica ao objeto. A partir da relação entre singular/universal, a singularidade cede espaço à particularidade, esta “campo das mediações”, e “[...] expressão lógica entre os homens singulares e a sociedade [...]” (LUKÁCS, 1978a, p. 93).

Lukács (1978a, p.116) nos afirma com clareza o significado da categoria particularidade:

[...] o particular não é simplesmente o membro pontual da mediação em uma tríade, mas sim uma espécie de campo de mediação para o universal (e em casos particulares, para o singular) (...) a expressão ‘particularidade’ pode querer dizer muitas coisas. Ela designa tanto o que impressiona, quanto o que salta à vista, o que se destaca (...). Esta oscilação do significado lingüístico não é casual, mas tampouco ele indica um amorfismo fugidio; ele diz respeito apenas ao caráter sobretudo posicional da particularidade, isto é, ao fato de que ela, com relação ao singular representa uma universalidade relativa, e com relação ao universal, uma singularidade relativa. Como sempre, [...] não deve ser concebida como algo estático, mas sim como um processo.

Neste sentido, e a partir das considerações tratadas até então, deve o pesquisador buscar, prioritariamente a partir da conexão entre o singular e o universal, a particularidade do objeto pesquisado. Carregado de suas mediações, o objeto, agora visto sob a ótica particular, expressa o segundo momento do método – ou o caminho de volta. O objeto concreto, antes restrito aos seus aspectos singulares, desponta em sua particularidade e revela-se com maior exatidão. Contudo, e nunca é demais repetir, todo esse processo de construção do conhecimento sempre estará submetido à história e desta forma “[...] não pode jamais fixar-se como sendo o coroamento definitivo [...], mas

exprime sempre uma aproximação, o mais alto grau de generalização obtido em cada etapa da evolução.” (LUKÁCS,1978a, p. 103)

Assim, a pesquisa que inicialmente partiu de um objeto real e concreto, porém submerso e caótico, conclui-se com o surgimento de um objeto, duplamente condicionado: embora imutável em suas legalidades causais, carregado de determinações que fazem dele um objeto particular. O conhecimento teórico, portanto, avança e gera novas formas de se pensar e, pela mediação da consciência, de agir sobre o mesmo objeto, possibilitando com isso a afirmação da práxis.

Considerações Finais

A nosso ver a devida compreensão do método marxiano constitui-se em elemento central para todo e qualquer pesquisador que busque efetivamente o conhecimento para além da forma e/ou da abstração. Trata-se de um método que, apoiado na razão dialética, prima por desvendar o nexo das coisas, superando com isso sua forma e aparência.

No entanto, por não compartilhar com uma perspectiva contemplativa frente ao conhecimento, a elaboração ontológica de Marx expressa no método, objetiva, em última análise, a intervenção sobre o objeto pesquisado – ou seja, conhecer com a finalidade de transformar.

Reconhecemos que tomar uma postura ortodoxa frente ao método de Marx, entendendo-o como método de investigação da realidade, é uma tarefa das mais árduas, visto a frequente reprodução do utilitarismo burguês e, sobretudo, da maneira capitalista de pensar; porém absolutamente imprescindível àqueles que acreditam que “outro mundo é possível”.

No nosso meio profissional, tomar a discussão acerca do método marxiano, e principalmente da sua validade para o desvelamento dos problemas atuais, é urgente e deve ser central no debate, sobretudo em função do significado social desta profissão. Na verdade, o Serviço Social está inserido na divisão social e técnica do trabalho, na qual a combinação coletiva dos diversos atores e atividades profissionais convergem dentro da mesma lógica – a ordem burguesa. Nesta, não é por acaso que, conforme nos lembra Lukács (1978a, p.118), “[...] tão logo se fazem sentir suas tendências à decadência, ‘esqueça’ novamente a particularidade, elimine-a das considerações filosóficas e opere

apenas com os extremos deformantes, da singularidade e da universalidade.” A atualidade recheada de preocupações microscópicas – “pós-modernas”, ratifica tal perspectiva.

Além disso, esta profissão emerge com um papel muito claro e instrumental na ordem do capital e continua sendo solicitada para desempenhar funções do mesmo quilate, embora travestidas de filantropia empresarial, marketing social, apoio aos projetos voluntários, solidários e etc., confirmando em seus profissionais a tradicional dificuldade de entender a relação ontológica entre ação e pensamento. Continuamos desenvolvendo, em inúmeros casos, ações pontuais, mecânicas e esvaziadas de conteúdo em resposta a um cotidiano profissional também aparentemente repleto de demandas descontínuas e isoladas. Trata-se de velhas “armadilhas”, presentes no Serviço Social desde longa data, como tivemos a oportunidade de apresentar tanto em Teresópolis quanto em Belo Horizonte, que ainda inspiradas na perspectiva neopositivista, acredita que “cada caso é um caso”, “na prática, a teoria é outra”, ou “só se aprende fazendo”.

No entanto, na contramão deste processo e contraditoriamente, esta mesma profissão conseguiu construir um projeto ético-político expresso na série de princípios do atual Código de Ética, dentre os quais, o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional” (CRESS,2000,p.16). Isso significa que a formação e a constante capacitação profissional devem se constituir em pontos centrais para a categoria como um todo, bem como para a própria universidade, e, sobretudo, representar a condição necessária ao profissional competente.

Assim, se nossa linha de análise está correta, a apreensão do método marxiano de pesquisa deverá estar presente na agenda profissional, não para criar somente pesquisadores formais, mas para garantir junto aos profissionais a postura investigativa fundamental, impedindo com isso que os princípios progressistas do Código se transformem em mera carta de intenções, inócua no dia-a-dia profissional e sem visibilidade diante dos demais profissionais e, sobretudo dos usuários dos serviços.

Referências

CRESS 7ª. Região. **Assistente Social: Ética e Direitos Coletânea de Leis e Resoluções.** Rio de Janeiro, 2000.

GUERRA, Y. As Racionalidades do Capitalismo e o Serviço Social. IN: MOURO, H.; SIMÕES, D. (org.). **100 Anos de Serviço Social**. Coimbra: Quarteto, 2001.

HORKHEIMER, M. (1975) Teoria Tradicional e Teoria Crítica. IN: **Os Pensadores**: Adorno, Horkheimer e Habermas. São Paulo: Abril.

IAMAMOTO, M. O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. IN: IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional, 2. ed. São Paulo: Cortez: 1999.

KONDER, L. O que é dialética. São Paulo: AbrilCultural; Brasiliense: 1985.

LESSA, S. Lukács: El método y su fundamento ontológico IN: BORGIANNI, E. & MONTANO, C. **Metodologia y Servicio Social**. Hoy em Debate. São Paulo:Cortez, 2000.

LUKÁCS, G. O que é marxismo ortodoxo? IN: **História e consciência de classe**, Porto: Escorpião, 1974.

_____. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: **Revista Temas de Ciências Humanas**, São Paulo: Editora Ciências Humanas, no. 4, 1978.

_____. **Introdução a uma Estética Marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

_____. **Ontologia do Ser Social**: Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **A Ontologia de Marx**: Questões Metodológicas Preliminares. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, no. 20)

MALTA, C. Conhecimento e Particularidade. In: LESSA, S. (org) **Habermas e Lukács**: método, trabalho e objetividade. Maceió:EDUFAL, 1996.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril, 1974. (Coleção Os Pensadores)

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993. (Textos Filosóficos. no. 22)

NETTO, J.P. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão de seu ensino. IN: **Cadernos ABESS**, n. 4, São Paulo: Cortez, 1991a.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1996b.

SANTOS, L. L. **Metodologismo**: explosão de uma época. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1993. (Textos de Serviço Social)

